

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.325 - RJ (2018/0171975-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : BR METALS FUNDICOES LTDA
ADVOGADOS : VITOR FERREIRA ALVES DE BRITO - RJ104227
PHILIP FLETCHER CHAGAS - RJ122020
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO DECORRENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. ATO ILÍCITO. DANO MORAL. CONSTITUIÇÃO. EVENTO DANOSO. PRECEDENTES DO STJ.

1. Consoante entendimento desta Corte, "na hipótese de crédito decorrente de responsabilidade civil, oriundo de fato preexistente ao momento da recuperação judicial, é necessária a sua habilitação e inclusão no plano de recuperação da sociedade devedora." (REsp 1447918/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 16/05/2016).

2. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por BR METALS FUNDICOES LTDA com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República, em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXECUÇÃO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA DEVEDORA. CRÉDITO CONSTITUÍDO APÓS O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. ART. 49 DA LE111.101/2005. DESCABIMENTO. RECURSO IMPROVIDO.

1 - Trata-se de Agravo de Instrumento visando à reforma de decisão proferida nos autos de Ação Civil Pública que, na fase de cumprimento de sentença, rejeitou a impugnação da Agravante/Executada para que fosse suspensa a execução e o crédito habilitado nos autos da recuperação judicial no Juízo Universal.

2- Extrai-se da dicção do art. 49 da Lei nº 11.101/2005, e ainda conforme sedimentado entendimento do STJ, de que estão sujeitos à recuperação judicial tão somente os créditos existentes até a data em que ocorreu o protocolo do pedido e,

Superior Tribunal de Justiça

via de consequência, os créditos constituídos posteriormente ao pedido estarão excluídos dos seus efeitos.

3- Para se sujeitar ao plano de recuperação judicial no juízo universal o crédito decorrente de ação judicial se constitui, ou seja, passa a ter validade e produzir efeitos no mundo jurídico, somente com o trânsito em julgado da respectiva sentença.

4- No presente caso, o crédito se constituiu com a sentença condenatória transitada em julgado em 29/10/2015, vale dizer, depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial (22/04/2014), deferido em 26/05/2014 e homologado pelo Juízo em 02/10/2015, razão pela qual, ainda que ensejado por fatos anteriores ao pedido de recuperação judicial, não está o crédito decorrente da presente demanda submetido ao plano de recuperação pelo juízo universal, na forma do art. 49, da Lei nº 11.101/2005.

5- Agravo improvido (e-STJ fl. 238).

Nas razões do especial, a recorrente, além de apontar dissídio jurisprudencial, alega que os arts. 6º, § 1º, e 49 da Lei nº 11.101/05 foram violados, sustentando a tese de que o crédito indenizatório decorrente de responsabilidade extracontratual por evento danoso, reconhecido e tornado líquido por sentença proferida antes de ajuizado pedido de recuperação pelo devedor, ainda que o trânsito em julgado da referida sentença tenha ocorrido em momento posterior ao processamento da recuperação, deve sujeitar-se a essa.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 293/300 (e-STJ).

O Ministério Público Federal elaborou parecer opinando pelo provimento do recurso especial (e-STJ fls. 370/376).

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o acórdão recorrido foi publicado já sob a vigência da Lei 13.105/2015, razão por que o juízo de admissibilidade será realizado nos moldes deste novo édito, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

A controvérsia diz respeito à sujeição ao plano de recuperação judicial de um crédito cuja demanda veio a transitar em julgado após a aprovação do plano de recuperação judicial.

Superior Tribunal de Justiça

O *decisum* proferido pelo Tribunal de origem merece reparo, pois não se encontra em consonância com o entendimento desta Corte.

Conforme se depreende do aresto atacado: "No presente caso, o crédito se constituiu com a sentença condenatória transitada em julgado em 29/10/2015 (cópia da certidão à fl. 125), vale dizer, depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial (22/04/2014), deferido em 26/05/2014 e homologado pelo Juízo em 02/10/2015, razão pela qual, ainda que ensejado por fatos anteriores ao pedido de recuperação judicial, não está o crédito decorrente da presente demanda submetido ao plano de recuperação pelo juízo universal, na forma do art. 49, da Lei nº 11.101/2005" (e-STJ fl. 236).

Assim, o crédito já estava constituído antes do início do processo de recuperação judicial, apenas o trânsito em julgado do título judicial ocorreu posteriormente, razão pela qual deve ser habilitado no quadro geral de credores.

Esse, inclusive, foi o entendimento adotado pela Quarta Turma desta Corte, por ocasião do julgamento do REsp 1.447.918/SP, cujo *decisum* restou assim ementado:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DISCUSSÃO SOBRE INCLUSÃO DE CRÉDITO EM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. "DEMANDA ILÍQUIDA". APLICAÇÃO DO § 1º DO ART. 6º DA LEI N. 11.101/2005. CRÉDITO REFERENTE À AÇÃO INDENIZATÓRIA. OBRIGAÇÃO EXISTENTE ANTES DO PEDIDO DE SOERGIMENTO. INCLUSÃO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DA LEI N. 11.101/2005. RECURSO PROVIDO.

[...]

2. No caso, verifica-se que a controvérsia principal está em definir se o crédito decorrente de sentença condenatória, proferida em autos de ação indenizatória ajuizada antes do pedido de soergimento, submete-se, ou não, aos efeitos da recuperação judicial em curso.

3. A ação na qual se busca indenização por danos morais - caso dos autos - é tida por "demanda ilíquida", pois cabe ao magistrado avaliar a existência do evento danoso, bem como determinar a extensão e o valor da reparação para o

Superior Tribunal de Justiça

caso concreto.

4. *Tratando-se, portanto, de demanda cujos pedidos são ilíquidos, a ação de conhecimento deverá prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, após o qual, sendo determinado o valor do crédito, deverá ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial. Interpretação do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005.*

5. *Segundo o caput do art. 49 da Lei n. 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.*

6. *A situação dos autos demonstra que o evento danoso, que deu origem ao crédito discutido, bem como a sentença que reconheceu a existência de dano moral indenizável e dimensionou o montante da reparação, ocorreram antes do pedido de recuperação judicial.*

7. *Na hipótese de crédito decorrente de responsabilidade civil, oriundo de fato preexistente ao momento da recuperação judicial, é necessária a sua habilitação e inclusão no plano de recuperação da sociedade devedora.*

8. *Recurso especial provido.*

(REsp 1447918/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 07/04/2016, DJe 16/05/2016 - grifou-se)

Essa linha de raciocínio está coerente, outrossim, com o acórdão proferido do AgRg no AREsp n. 153.820/SP, da Terceira Turma deste Tribunal, segundo o qual, no caso de crédito decorrente de responsabilidade civil, oriundo de fato preexistente ao momento do pedido de recuperação judicial, deve ocorrer sua inclusão e habilitação no quadro geral de credores da sociedade devedora, nos termos da ementa abaixo colacionada:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. RECESSO. VIOLAÇÃO DO ART. 170 DA CF/88. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. CONTRARIEDADE AOS ARTIGOS 47 E 49 DA LEI N. 11.101/05. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. CRÉDITO REFERENTE À INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO. CABIMENTO. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 59 DA LEI N. 11.101/05. NOVAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282/STF. INCIDÊNCIA.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

3. *Tempestividade do recurso especial comprovada.*

4. *Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça intervir em matéria de competência do STF, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Lei Maior.*

5. *Na hipótese de existir crédito proveniente de responsabilidade civil por fato preexistente ao momento do deferimento da recuperação judicial, é necessária a habilitação e inclusão do crédito em questão no plano de recuperação da empresa correspondente.*

6. *Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 282/STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.*

7. *Agravo regimental conhecido para, conhecendo do agravo em recurso especial, conhecer parcialmente do recurso especial e dar-lhe provimento.*

(AgRg no AREsp 153.820/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 10/09/2013, DJe 16/09/2013 - grifou-se)

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar a inclusão do crédito discutido nos autos no plano de recuperação judicial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este decisum estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator